



## Roberto Porro

✉ roberto.porro@embrapa.br

# Uso da madeira do acapu na agropecuária

O acapu, árvore cujo nome científico é *Vouacapouca americana* Aubl., é espécie de crescimento lento que atinge 40 metros altura. Viajantes e naturalistas registraram desde o século XVIII o uso da madeira do acapu em edificações antigas na cidade de Belém. A beleza do design arquitetônico destas obras contrasta com imagens atuais de centenas de árvores de acapu tombadas na floresta, para serem transformadas em milhares de estacas para cercar pastagens que têm sido instaladas em ritmo alucinante nos confins de fronteiras agrícolas na Amazônia.

É alarmante a intensidade com a qual essa espécie tem sido explorada, mesmo que o acapu conste da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção, na categoria Vulnerável 'Em Perigo' (Portaria nº 443 de 17 de dezembro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente)". Contudo, o status de "em perigo" muito pouco afetou a extração ilegal do acapu. Pelo contrário, há um amplo mercado estabelecido, com critérios e categorias consolidados em uma cadeia de comércio clandestino.

O crescente e significativo impacto causado pelo uso de madeira nativa em atividades agrícolas,

incluindo a pecuária não tem sido devidamente considerado nas análises da extração ilegal, degradação florestal e desmatamento na Amazônia. A entrada na floresta para retirada de estacas de acapu é vetor de desmatamentos subsequentes. Por outro lado, a venda destas estacas é negócio extremamente rentável que constitui importante fonte de capital monetário para, em um ciclo vicioso, financiar a abertura de novas áreas que serão transformadas em pastagens.

Estima-se que os 21 milhões de hectares de pasto registrados em 2020 pela plataforma MapBiomas no Estado do Pará demandariam 300 milhões de estacas. Caso um terço das cercas destas pastagens utilizem estacas de acapu, próximo de 1,6 milhão de árvores teriam sido cortadas para tais cercas! Considerando a reposição de estacas a cada 20 anos, e uma expansão anual da área na ordem de 2,5% ao ano, seriam necessárias, a cada ano, 120 mil árvores de acapu, apenas para cercar pastagens. E essa estimativa não leva em conta a madeira necessária para outros dois terços das cercas em pastagens!

A classificação do acapu como espécie prioritária para a conservação é paradoxal, pois é também uma das espécies arbóreas mais

abundantes nas florestas da Amazônia Oriental, e em particular da bacia do rio Xingu, onde levantamentos realizados pela Embrapa incluem o acapu entre as três espécies florestais mais abundantes. Mesmo assim, o impacto causado pela extração da espécie, apenas para cercar pastagens, resultaria na exploração ilegal anual de mais de 26 mil hectares de florestas contendo acapu.

Não discutimos a dificuldade de órgãos governamentais executarem operações efetivas e eficazes para fiscalizar e combater a extração intensiva do acapu. Porém, tampouco é admissível a leniência para com segmentos responsáveis pela extração ilegal de espécies ameaçadas. Em momentos como o que vivenciamos, em que a opinião pública tem dedicado mais atenção a fatos relacionados ao meio ambiente e à Amazônia em particular, é necessário maior visibilidade a situações como a descrita. Considerando a realidade de campo, somente a combinação de ações de comando e controle com iniciativas que estimulem segmentos que pautem sua atuação pela legalidade evitará danos irreparáveis à conservação de nossas florestas.

---

**Roberto Porro** é pesquisador da Embrapa, engenheiro agrônomo e doutor em Antropologia Cultural pela Universidade da Flórida (2002).